



## Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

### Resumo Executivo da 34ª reunião – 18/03/2026 (2ª de 2026)

#### O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE DOCUMENTO?

- Cronograma da reunião;
- Em seguida, o resumo executivo traz informações sobre:
  - **Educação especial inclusiva nos municípios de Mato Grosso**, com destaques relevantes do diagnóstico estadual de 2025;
- **Seção “Notícias”, com atualizações sobre políticas educacionais, incluindo prazos de adesão, novos programas, ações em curso e dados recém-publicados.**

## CRONOGRAMA DE PAUTAS

### 1. (1h40) Educação Especial Inclusiva em Mato Grosso

**Objetivo:** Aprofundar a discussão sobre a Educação Especial Inclusiva nos municípios de Mato Grosso, à luz do diagnóstico realizado pelo Gaepe-MT em 2025 e da atuação das instituições que integram a governança.

**Apresentação e falas:**

- 1 hora - apresentação das atuações institucionais relacionadas à Educação Especial Inclusiva nos municípios e no Estado de Mato Grosso  
Responsáveis: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (Undime-MT), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Mato Grosso (Uncme-MT), Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) e Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)

**Debates:** 40 min.

## RESUMO EXECUTIVO

### EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM MATO GROSSO

A presente reunião ordinária do Gaepe-MT será integralmente dedicada à pauta da educação especial na inclusiva, com o propósito de aprofundar a análise do tema no estado e favorecer a construção de deliberações e encaminhamentos institucionais e interinstitucionais voltados ao fortalecimento do apoio aos municípios. A definição desta agenda dá continuidade ao percurso que a governança vem desenvolvendo sobre o tema e expressa o amadurecimento de uma frente de atuação que, ao longo do último ciclo, passou a ocupar posição central nas reflexões e iniciativas do Gaepe-MT.

Ao longo de 2025, o Gaepe-MT estruturou um ciclo de trabalho dedicado à educação especial inclusiva, em continuidade às discussões do Grupo de Trabalho constituído em 2024 e com o propósito de produzir evidências capazes de orientar respostas interinstitucionais mais consistentes. Nesse contexto, foi realizado o [Diagnóstico da Educação Especial Inclusiva nos Municípios de Mato Grosso](#), a partir de levantamento aplicado entre abril e maio de 2025 às 142 secretarias municipais de educação, mediante instrumento composto por 55 questões respondidas com apoio das equipes técnicas locais. A consolidação desse material permitiu construir uma base comum de leitura sobre desafios estruturantes da política no território e passou a orientar, no âmbito do Gaepe-MT, a definição de prioridades, a organização de estratégias de atuação e a indução de providências voltadas ao fortalecimento da educação inclusiva nos municípios.

Nessa perspectiva, o diagnóstico estadual de 2025 oferece à governança uma base comum para a análise do cenário atual da educação especial inclusiva em Mato Grosso. Esta seção retoma achados desse levantamento para subsidiar a escuta institucional e apoiar a discussão de estratégias e encaminhamentos voltados ao fortalecimento da política nos municípios. A amplitude do material é um de seus principais atributos: o levantamento reuniu informações sobre o perfil do público-alvo da educação especial, a oferta e a organização do Atendimento Educacional Especializado, a formação e o vínculo dos profissionais, os procedimentos de solicitação e disponibilização de apoios, o planejamento individualizado, a acessibilidade e os arranjos de gestão intersetorial e interfederativa.

A educação especial inclusiva se apoia em marcos normativos já consolidados, entre eles a [Constituição Federal](#), a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#), a [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#), a [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência](#) e a [Lei nº 12.764/2012](#), que asseguram o direito à educação em sistema educacional inclusivo, com garantia de acesso, permanência, participação, aprendizagem e oferta de apoio especializado na rede regular de ensino.

**A educação especial inclusiva precisa ser tratada como eixo transversal da política educacional, e não como frente acessória ou setorial.**

O levantamento identificou 10.940 estudantes público-alvo da educação especial nas redes municipais de Mato Grosso, dos quais 8.606 correspondem a estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, 1.558 a estudantes com deficiências múltiplas, 381 a estudantes com deficiência visual, 289 a estudantes com deficiência auditiva, 102 a estudantes com altas habilidades ou superdotação e 4 a estudantes com surdocegueira. Esse quadro afasta qualquer compreensão de que se trate de uma agenda lateral da política educacional. Trata-se de uma pauta que atravessa planejamento, organização pedagógica, acessibilidade, formação profissional e coordenação entre diferentes instituições e níveis de governo.



No eixo da oferta, um dos aspectos mais relevantes diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado. **Entre as 1.561 escolas municipais do estado, apenas 661, equivalentes a 42%, oferecem o AEE em suas próprias instalações.** Esse dado evidencia limites na integração do atendimento à rotina da escola comum, já que a oferta do AEE na própria unidade favorece sua articulação ao projeto pedagógico, fortalece o vínculo entre ensino comum e apoio especializado e amplia as condições de participação na vida escolar.

**A matrícula antecipada se relaciona diretamente com esse quadro. Embora constitua medida estratégica de gestão, por permitir o planejamento prévio de turmas, recursos de acessibilidade e alocação de profissionais de apoio, 52% das redes municipais informaram adotá-la, enquanto 48% ainda não o fazem.** A implementação parcial desta medida mostra que, em parcela expressiva dos municípios, o início do ano letivo ainda pode ocorrer sem a preparação necessária para assegurar, desde o primeiro momento, os apoios requeridos pelos estudantes público-alvo da educação especial.

**Instituir a matrícula antecipada como procedimento regular de planejamento das redes e ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado em articulação com a escola comum são medidas necessárias para assegurar que o ingresso dos estudantes ocorra com organização prévia dos apoios de que necessitam.**

A permanência de estudantes matriculados exclusivamente em instituições de educação especial de caráter segregado constitui outro dado que exige atenção. **O levantamento identificou que 30% das redes municipais de Mato Grosso, equivalentes a 43 municípios, ainda mantêm esse tipo de organização, enquanto 70% informaram não possuir matrículas exclusivamente nessas instituições.** O dado explicita a coexistência, no território, de práticas alinhadas ao paradigma inclusivo e de arranjos que ainda preservam formas segregadas de escolarização.

A superação desses arranjos depende de direção normativa clara, mas também de condições concretas de implementação. A centralidade da escola comum precisa estar acompanhada de AEE articulado, planejamento individualizado, profissionais qualificados, profissionais de apoio quando necessários, acessibilidade e fluxos administrativos capazes de responder às demandas identificadas. A discussão, portanto, envolve a reorganização da oferta em bases institucionalmente sustentáveis.

**Ampliar as condições de inclusão na rede regular é fundamental para que a centralidade da escola comum se traduza em oferta efetiva de apoios, acessibilidade e acompanhamento adequado aos estudantes.**

Entre os resultados do levantamento, a exigência de laudo médico para acesso ao AEE ou a outros apoios ocupa lugar de destaque. **Em Mato Grosso, 56% das redes municipais ainda exigem laudo**

**médico para acesso ao AEE, enquanto 44% não o fazem.** Esse dado traduz, no plano da gestão, a permanência de uma lógica centrada no modelo biomédico da deficiência, na qual o acesso ao atendimento fica subordinado à comprovação clínica. Em contraste, a perspectiva inclusiva desloca o foco para a identificação das barreiras à participação e à aprendizagem no contexto escolar.

A organização do Atendimento Educacional Especializado encontra reforço normativo recente no [Decreto nº 12.686/2025](#) e nas alterações introduzidas pelo [Decreto nº 12.773/2025](#), que afirmam a oferta do AEE preferencialmente nas escolas comuns da rede regular, vedam a exigência de diagnóstico ou laudo para sua garantia e tornam obrigatória a realização de documento pedagógico individualizado, como PAEE e PEI, derivado do estudo de caso. Essas diretrizes dialogam com o [Decreto nº 7.611/2011](#) e com a [Resolução CNE/CEB nº 4/2009](#), que estruturam o AEE como apoio complementar ou suplementar à escolarização e integrado ao projeto pedagógico da escola.

**Quando o acesso ao apoio educacional depende previamente de laudo, a consequência é o retardamento de respostas que deveriam ser organizadas a partir da leitura pedagógica das necessidades do estudante.**

Revisar os fluxos municipais para assegurar acesso ao AEE e a outros apoios a partir da identificação pedagógica de barreiras e necessidades é condição para reduzir entraves burocráticos e alinhar a política local ao paradigma inclusivo.

No plano dos procedimentos institucionais de encaminhamento, o cenário é heterogêneo. **O estudo de caso, etapa essencial para identificar potencialidades, limitações e barreiras no contexto escolar, já está presente em 84% das redes municipais, enquanto 16% ainda não realizam esse procedimento. Quando se observa a dimensão administrativa da oferta de apoios, 63% das redes informaram dispor de protocolo ou fluxo definido para solicitação, avaliação e disponibilização de profissionais de apoio, ao passo que 37% não contam com esse tipo de procedimento.** O quadro revela avanço na identificação pedagógica das necessidades, mas também expõe que uma parcela expressiva das redes ainda não consolidou os mecanismos administrativos que transformam esse diagnóstico em resposta efetiva e tempestiva.

Essa mesma lógica aparece no planejamento individualizado. **Em Mato Grosso, 110 redes municipais, equivalentes a 77%, elaboram Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e/ou Plano Educacional Individualizado (PEI) de forma colaborativa e transdisciplinar; 4 redes, ou 3%, elaboram esses instrumentos sem esse tipo de colaboração; e 28 redes, equivalentes a 20%, não adotam qualquer forma de planejamento individualizado.** Os planos organizam metas, estratégias e apoios ajustados às necessidades de cada estudante e articulam professores, gestores, famílias, profissionais

de apoio e profissionais de outras áreas. A ausência desses instrumentos em uma parcela das redes mantém descoberto um aspecto essencial da política inclusiva.

**Articular o estudo de caso, o planejamento individualizado e os fluxos administrativos de provisão de apoio é essencial para que a identificação pedagógica das necessidades se converta, de forma tempestiva e consistente, em respostas institucionais adequadas.**

O acompanhamento do atendimento constitui outra dimensão relevante. **Em Mato Grosso, 85% das redes municipais realizam acompanhamento contínuo das necessidades dos estudantes ao longo do tempo. No entanto, quando o foco se desloca para o monitoramento e a avaliação dos estudantes que recebem AEE, apenas 48% das redes realizam esse acompanhamento, enquanto 52% não o fazem.** Essa diferença evidencia que a política avançou mais na identificação da necessidade do que na institucionalização de mecanismos para aferir a efetividade da resposta ofertada.

Sem monitoramento sistemático, a gestão perde capacidade de revisar estratégias, qualificar decisões e orientar melhorias com base em evidências produzidas no próprio processo de implementação. Esse ponto também foi incorporado entre as orientações definidas para o novo ciclo de trabalho da governança.

**Institucionalizar o monitoramento do Atendimento Educacional Especializado como componente da gestão é indispensável para qualificar a oferta, acompanhar a efetividade das estratégias adotadas e orientar ajustes a partir das necessidades identificadas ao longo do percurso escolar.**

No eixo dos profissionais, o levantamento identificou a atuação de **1.146 professores no AEE nas redes municipais de Mato Grosso, sendo 734 efetivos e 412 contratados. Entre os efetivos, 581 possuem especialização na área e 153 não possuem; entre os contratados, 232 possuem especialização e 180 não possuem. Em síntese, permanece um contingente expressivo de profissionais atuando sem formação específica. Ao lado disso, 75% das redes municipais oferecem formação continuada aos profissionais que atuam na educação especial, enquanto 25% ainda não oferecem esse tipo de formação.** O cenário revela que a formação já integra o repertório de muitas redes, mas ainda não se consolidou como política permanente e homogênea em todo o território.

Em relação aos profissionais de apoio escolar, o levantamento identificou que **141 redes municipais contam com esse suporte no ensino regular e apenas 1 município declarou não dispor dele. Ainda assim, 18 redes informaram possuir estudantes que necessitam desses profissionais e ainda não receberam atendimento, o que corresponde a 739 estudantes sem o apoio requerido.** Esse dado evidencia um descompasso entre a presença formal do serviço e sua cobertura efetiva, mantendo descoberta uma parcela da demanda que já foi identificada pelas próprias redes.

**Consolidar a formação continuada como política permanente e organizar respostas à demanda ainda não atendida por profissionais de apoio escolar é essencial para qualificar a oferta e assegurar maior adequação entre as necessidades identificadas e os apoios efetivamente disponibilizados.**

A acessibilidade também apresenta fragilidades de institucionalização. **Apenas 31% das redes municipais, equivalentes a 44 secretarias, informaram dispor de setor ou responsável específico para coordenar ações de acessibilidade, enquanto 69%, ou 98 redes, não contam com tal instância. No plano financeiro, 42% das redes reservam recursos orçamentários para essa finalidade, ao passo que 58% não possuem tal previsão.** Esse quadro mostra que a agenda ainda encontra dificuldades para se consolidar como política permanente.

**Tratar a acessibilidade como agenda de gestão, com coordenação definida, planejamento e previsão orçamentária, é condição para que adaptações físicas e recursos de apoio deixem de depender de iniciativas dispersas e passem a integrar de modo estável a organização das redes.**

No campo da articulação intersetorial, há avanços importantes, mas ainda desiguais. **Em Mato Grosso, 74% das redes informaram contar com equipe de saúde e assistência social ou com fluxo estabelecido com outras secretarias para apoio transdisciplinar, enquanto 26% não dispõem dessa estrutura. De forma complementar, 76% das redes declararam receber colaboração de profissionais de outras áreas, totalizando 196 psicólogos, 51 fisioterapeutas e 15 terapeutas ocupacionais em atuação.** Esses números mostram que a intersetorialidade já está presente em parcela relevante das redes, mas ainda sem a mesma densidade em todo o território.

A articulação interfederativa nas transições escolares aparece como um ponto de fragilidade. **Apenas 44% das redes confirmaram cooperação entre rede municipal e rede estadual nas transições escolares, enquanto 56% informaram que essa articulação não ocorre.** Trata-se de uma lacuna particularmente sensível, porque as transições entre etapas e redes concentram riscos de descontinuidade justamente onde a coordenação entre informações, apoios e responsabilidades se torna mais necessária.

**Fortalecer arranjos interssetoriais e interfederativos capazes de assegurar continuidade ao atendimento ao longo do percurso escolar é decisivo para reduzir descontinuidades e sustentar respostas mais coordenadas entre educação, saúde, assistência social e rede estadual.**

A atualização normativa de 2025, realizada a partir do [Decreto nº 12.686/2025](#) alterado pelo [Decreto nº 12.773/2025](#), reforçou diretrizes diretamente relacionadas aos pontos discutidos nesta reunião, entre elas a garantia de inclusão em classes e escolas comuns com os apoios necessários, o combate ao capacitismo, a

garantia de acessibilidade, a articulação intersetorial e a colaboração entre os entes federativos como bases da política de educação especial inclusiva.

Tomados em conjunto, esses achados delineiam um cenário marcado menos pela ausência de política e mais por desigualdades na capacidade institucional das redes municipais de sustentar a inclusão em bases consistentes. Há avanços relevantes na disseminação dos estudos de caso, na elaboração colaborativa de PAEE e PEI, na presença de profissionais de apoio em quase todas as redes, na oferta de formação continuada em boa parte dos municípios e na existência de arranjos intersetoriais em parcela expressiva do estado. Ao mesmo tempo, persistem entraves estruturais que concentram especial gravidade: exigência de laudo médico, permanência de matrículas em instituições segregadas, baixa oferta de AEE nas próprias escolas, ausência de monitoramento sistemático do atendimento, fragilidade da institucionalização da acessibilidade e descontinuidade na cooperação interfederativa.

Desde a consolidação do diagnóstico, o debate no âmbito do Gaepe-MT vem se deslocando da sistematização do cenário para a definição de prioridades e de respostas mais concretas à política de educação especial inclusiva em Mato Grosso. Esse movimento resultou na elaboração da [Nota Recomendatória Copec nº 003/2025](#), publicada pela Copec/TCE-MT como primeiro produto institucional dessa frente. De caráter orientador, a nota divulga os principais resultados do diagnóstico e reúne recomendações dirigidas às gestões municipais sobre temas como acesso ao AEE, profissionais de apoio, formação continuada, planejamento individualizado, monitoramento do atendimento, acessibilidade e diálogo com as famílias.

Nesse contexto, a presente reunião se insere como oportunidade de aprofundar a discussão à luz do diagnóstico já produzido e do referencial consolidado. O objetivo é avançar na definição de encaminhamentos institucionais e interinstitucionais voltados ao fortalecimento da política nos municípios, inclusive no âmbito das atribuições próprias das instituições que compõem a governança.

---

## NOTÍCIAS

**SELO NACIONAL COMPROMISSO COM A ALFABETIZAÇÃO TEM RESULTADO DIVULGADO:** O MEC certificou 4.728 redes públicas pelo empenho em alfabetizar crianças até o 2º ano. A meta é atingir a universalização até 2030, reconhecendo 97% das secretarias que se inscreveram.

[Link para a notícia](#)

**SATISFAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA AVANÇA NO PAÍS:** Estudo da OCDE mostra que a confiança no setor subiu para 45% em 2025. O progresso é impulsionado por programas como o Pé-de-Meia, que atende 6 milhões de jovens com investimento de R\$ 12 bilhões.

[Link para a notícia](#)



**PNLD ASSEGURA DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS EM BRAILE PARA ALUNOS CEGOS:** Com aporte de R\$ 27 milhões, o governo produzirá 22,3 mil obras para 3,4 mil estudantes em 2026. A distribuição inicia em março, baseada em dados do Censo Escolar e adesões estaduais.

[Link para a notícia](#)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO VAI DESTINAR RECURSOS PARA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS:** Portaria ministerial garante verba para materiais didáticos bilíngues. O projeto de lei de Jorge Kajuru define diretrizes para proteger mais de 270 idiomas nativos registrados.

[Link para a notícia](#)

**MAIORIA DOS ALUNOS EM ESCOLAS ESPECIAIS ESTÁ NO INÍCIO DA VIDA ESCOLAR:** O Censo 2024 revela que 51% dos alunos com deficiência estão em escolas exclusivas apenas no início da vida escolar. O motivo? Insegurança das famílias e falta de mediadores e docentes especializados na rede regular.

[Link para a notícia](#)

**REAJUSTE DE 14% NA MERENDA ESCOLAR:** Após três anos, o Governo Federal aplicou um reajuste de **14,35%** nos valores do Pnae. O repasse para o ensino médio sobe para R\$ 0,57 por aluno, com foco em ampliar a oferta de alimentos frescos e saudáveis.

[Link para a notícia](#)

**METAS DE MATRÍCULAS DO JUROS POR EDUCAÇÃO:** A Portaria nº 5/2026 fixou a meta de **600 mil novas vagas** em educação profissional para este ano. A medida faz parte do programa "Juros por Educação" e abrange 22 estados brasileiros.

[Link para a notícia](#)

**PROJETO PROPÕE AÇÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE PARA COMBATER RACISMO ESTRUTURAL:** O PL 168/2026 propõe mudanças na LDB e na Lei Rouanet. O objetivo é capacitar professores para enfrentar o racismo estrutural e dar prioridade a projetos culturais protagonizados por negros.

[Link para a notícia](#)

**ALFABETIZAÇÃO NECESSÁRIA:** O país registra 10 milhões de analfabetos e até 60 milhões de pessoas com baixa compreensão de texto. O autor defende um sistema nacional público de base para superar a baixa produtividade.

[Link para a notícia](#)

**NO CENSO, 30% DOS MUNICÍPIOS DIZEM NÃO TER PROFISSIONAIS DE APOIO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA:** Segundo o Censo Escolar 2024, 1.659 cidades carecem de acompanhantes. A PneeI, revista em 2025, exige 180h de formação mínima, impactando 1,8 milhão de estudantes da rede pública.

[Link para a notícia](#)

**POBREZA AFETA DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS DESDE 6 MESES, MOSTRA PESQUISA:** Estudo da UFSCar vincula a carência de estímulos em lares pobres a atrasos motores precoces. A reversão é possível com práticas simples, como o engajamento materno em exercícios de fortalecimento.

[Link para a notícia](#)



## **O CALOR NÃO É IGUAL PARA TODOS - A DESIGUALDADE TÉRMICA NAS CIDADES BRASILEIRAS:**

Dados de 2026 mostram que áreas vulneráveis enfrentam temperaturas até 15°C maiores que bairros ricos. O estudo aponta a escassez de áreas verdes e falta de ventilação como riscos graves à saúde.

[Link para a notícia](#)

**PRIORIZAR O QUE É PRIORIDADE:** Em artigo, o Conselheiro Cezar Miola critica a baixa priorização da educação nos orçamentos públicos, destacando que 933.665 salas de aula no Brasil ainda não têm climatização, segundo o Censo Escolar 2024. Ele questiona gastos considerados secundários diante de carências estruturais nas escolas e aponta que apenas 5% das emendas parlamentares desde 2015 foram destinadas à educação — e só 0,06% à educação infantil. O autor defende que garantir infraestrutura adequada é condição básica para acesso, permanência e aprendizagem, e conclama gestores e sociedade a tratar a educação como prioridade absoluta.

[Link para a notícia](#)

## **CURRÍCULO ESCOLAR TERÁ CONTEÚDO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, DIZ MINISTRA:**

O governo federal regulamenta a inclusão de temas de direitos humanos na educação básica. O anúncio ocorre em março de 2026, integrando o Pacto Nacional Contra o Femicídio após recordes em 2025.

[Link para a notícia](#)

## **EDUCAÇÃO MIDIÁTICA OBRIGATÓRIA É MARCO PARA AS ESCOLAS BRASILEIRAS:**

Com a resolução CNE/CEB 2/2025, o ensino digital torna-se obrigatório na educação básica. A meta é formar cidadãos críticos capazes de identificar desinformação e discursos de ódio na rede.

[Link para a notícia](#)

## **APÓS UM ANO, ENTENDA O QUE MUDOU COM A LEI QUE PROÍBE CELULARES EM ESCOLAS:**

Dados da Universidade de Stanford indicam que 80% dos alunos estão mais focados. O MEC planeja uma pesquisa nacional no primeiro semestre de 2026 para avaliar os impactos pedagógicos e sociais.

[Link para a notícia](#)

## **QUEM RECEBE COLO? AFETO, VIÉS E RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Especialistas alertam para o racismo estrutural no cuidado básico e propõem autoavaliação docente. A prática exige letramento racial e materiais representativos para garantir equidade.

[Link para a notícia](#)

## **LETRAMENTO COMO CIDADANIA - O RECADO DA OCDE PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL:**

O Pisa 2029 avaliará o letramento em IA de forma integrada. No Brasil, a Resolução nº 2/2025 do CNE já torna obrigatória a educação digital e midiática nos currículos a partir de 2026.

[Link para a notícia](#)

## **PÉ-DE-MEIA - DIVULGADO CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DE 2026:**

A Portaria nº 169/2026 fixa datas de repasses e define 07/08/2026 como data-base. Pagamentos de conclusão do ciclo 2025 ocorrem entre 26 de fevereiro e 5 de março de 2026.

[Link para a notícia](#)



**PUBLICADA RESOLUÇÃO QUE REAJUSTA REPASSES POR ALUNO NO PNAE:** A Resolução nº 1/2026 estabelece reajuste de 14,35% no programa. O orçamento de 2026 soma R\$ 6,7 bilhões, com meta de destinar 45% dos recursos para compras da agricultura familiar.

[Link para a notícia](#)

**MEC REALIZA CONSULTA SOBRE POLÍTICA DE ACESSO E ÊXITO NA REDE FEDERAL:** Até 5 de março, a plataforma Brasil Participativo recebe sugestões para o Pnape. O plano abrange 12 objetivos e 100 estratégias para 1,9 milhão de alunos da Rede Federal de ensino.

[Link para a notícia](#)

**MEC DISPONIBILIZA NOVOS CONJUNTOS DE DADOS SOBRE EDUCAÇÃO NACIONAL:** Ação do PDA 2025-2027 liberou, em 19/02/2026, dados sobre políticas de equidade e educação quilombola, visando transparência e uma gestão escolar baseada em evidências científicas.

[Link para a notícia](#)

**ESCOLAS JÁ PODEM RESPONDER À SEGUNDA FASE DO CENSO ESCOLAR 2025:** Instituições públicas e privadas devem declarar o rendimento e a movimentação dos alunos no Sistema Educacenso até 30 de março, sob pena de comprometer indicadores como o Ideb.

[Link para a notícia](#)

**BULLYING É DESAFIO PERMANENTE NAS ESCOLAS:** Dados do IPEDF de 2025 mostram que 50,8% dos estudantes do DF sofrem agressões mensais, cenário que agora conta com o rigor da Lei 14.811/24, que criminaliza o bullying no Brasil.

[Link para a notícia](#)

**ESCOLA, O QUE AS EVIDÊNCIAS SOBRE SAÚDE MENTAL INFANTIL E ADOLESCENTE EXIGEM EM 2026:** Relatórios da OMS e Unicef alertam para a sobrecarga emocional de jovens, demandando que instituições transformem evidências em redes de acolhimento e escuta ativa.

[Link para a notícia](#)

**MEC LANÇA CINCO NOVOS CURSOS PARA GESTORES DA REDE FEDERAL:** O programa ProGestores oferece capacitação de até 345 horas em gestão estratégica e IA generativa; servidores têm até 15 de maio para concluir as atividades na PlaforEdu.

[Link para a notícia](#)

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MARCA DATA PARA VOTAR USO DE IA:** A comissão votará em 16 de março diretrizes para IA nas escolas, proibindo a correção automatizada de redações e exigindo supervisão humana em decisões pedagógicas finais.

[Link para a notícia](#)

**POLÍTICA E DIREITO À ALFABETIZAÇÃO SÃO DEBATIDOS EM ENCONTRO:** Debates em Brasília reforçam a Meta 5 do PNE para alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do fundamental, focando na equidade racial e em contextos federativos.

[Link para a notícia](#)



**FUNDEB DEVE GARANTIR PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DO MEC:** O governo federal aposta na expansão do fundo para compensar a queda de 42% no orçamento direto da alfabetização em 2025, priorizando o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

[Link para a notícia](#)

**SAÚDE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA: EM MEIO AO DISCURSO DE QUALIDADE E EQUIDADE, ONDE FICAM OS PROFESSORES?** Pesquisa alerta para a inexistência de políticas públicas permanentes para a saúde integral de docentes, gerando quadros de adoecimento e abandono que comprometem a qualidade do sistema educativo.

[Link para a notícia](#)

**MEC LANÇA NOVO BOLETIM TÉCNICO SOBRE SEGURANÇA NAS ESCOLAS:** O 4º Boletim Escola que Protege revela queda em ataques após a criação do Snave, mas aponta alta de 360% em ameaças digitais entre 2021 e 2025, exigindo monitoramento de subculturas de ódio online.

[Link para a notícia](#)

**NOVO PNE É PROMESSA DE 'EDUCAÇÃO DE QUALIDADE'. SAIBA O QUE PREVÊ O DOCUMENTO:** O PL 2.614/24 define 19 objetivos para a próxima década, incluindo a universalização da pré-escola em dois anos e a ampliação do investimento público no setor para 10% do PIB até o fim do decênio.

[Link para a notícia](#)

**A IMPORTÂNCIA DO CONAQUEI PARA TORNAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL UM COMPROMISSO NACIONAL:** Instituído pela Resolução CNE/CEB nº 1/2024, o compromisso visa superar o déficit em creches, hoje em 34,5%, buscando atingir a meta de 50% do PNE via regime de colaboração federativa e apoio técnico.

[Link para a notícia](#)

**ENSINO TÉCNICO E EDUCAÇÃO INTEGRAL TÊM AUMENTO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS:** A modalidade técnica ganhou 208 mil vagas. Pela Emenda 135/2024, municípios e estados devem aplicar 4% do Fundeb em tempo integral a partir de 2026 para compensar a redução de repasses da União.

[Link para a notícia](#)

**MEC ANUNCIA CONSTRUÇÃO DE 117 ESCOLAS INDÍGENAS NO BRASIL:** Com R\$ 785 milhões do Novo PAC, a Resolução 12/2026 autoriza obras em 14 estados. O projeto foca no respeito cultural, destinando 27 novas unidades para comunidades tradicionais do Amazonas.

[Link para a notícia](#)

**ENSINO FUNDAMENTAL ATINGE 99,5% DE COBERTURA; ATRASO ESCOLAR CAI:** Apesar da quase universalização, a desigualdade racial persiste: o atraso escolar atinge 17,7% dos alunos negros nos anos finais do fundamental, quase o dobro do índice registrado entre brancos.

[Link para a notícia](#)

**CENSO REGISTRA QUEDA DE 1 MILHÃO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA:** Dados de 2025 mostram 46 milhões de alunos, recuo de 2,29% em um ano. O MEC atribui o resultado à transição demográfica e maior eficiência no fluxo escolar, com queda na distorção idade-série.

[Link para a notícia](#)



**REFEIÇÕES DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA PASSAM A SER MAIS SAUDÁVEIS** (Radioagência Nacional): Novas regras exigem que 85% dos recursos federais comprem itens naturais, com 45% destinados à agricultura familiar, limitando ultraprocessados e exigindo acompanhamento de nutricionistas.

[Link para a notícia](#)

**PROJETO SEDE DE APRENDER CONTRIBUI PARA QUEDA DE 52% NO NÚMERO DE ESCOLAS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA** (Atricon): Dados do Censo Escolar 2025 mostram redução de 2.532 para 1.207 unidades sem água. A mobilização nacional também reduziu em 20% a falta de esgotamento sanitário em escolas públicas brasileiras.

[Link para a notícia](#)

**FNDE REPASSA R\$ 3,8 BILHÕES DA SEGUNDA PARCELA DO FUNDEB PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (FNDE)**: O montante, parte de R\$ 67,4 bilhões previstos para 2026, foca em manutenção, transporte e salários, seguindo a Lei 9.394/1996 e o cronograma da Portaria Interministerial MEC/MF nº 14/2025.

[Link para a notícia](#)

**PROJETO APROVADO PELO SENADO DEVE AMPLIAR ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA ZONA RURAL**: O PL 4.012/2024 altera a LDB para obrigar municípios a ofertarem vagas em creches rurais proporcionalmente à população, combatendo o déficit de 20% em relação à área urbana.

[Link para a notícia](#)

**NOVO PNE AGUARDA DESPACHO NO SENADO E PODE SER VOTADO EM MARÇO**: O PL 2.614/2024 estabelece 19 metas e investimento de 10% do PIB. A tramitação prevê monitoramento bienal para garantir o cumprimento dos objetivos educacionais na próxima década.

[Link para a notícia](#)

**MEC LANÇA GUIA PARA AVALIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA INCLUSIVA**: A ferramenta orienta redes de ensino na implementação de práticas avaliativas contínuas e equitativas, integrando as metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

[Link para a notícia](#)

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - CNM ALERTA PARA REGULAMENTAÇÕES, FINANCIAMENTO E PRAZOS PARA 2026**: Municípios devem atualizar normativos até 1º de julho de 2026 para garantir o financiamento via Fundeb, que passará a exigir investimento mínimo de 4% dos recursos para esta modalidade.

[Link para a notícia](#)

**PESQUISA NACIONAL DO MEC AVALIA IMPACTO DA LEI DE CELULARES**: O estudo analisa a implementação da Lei nº 15.100/2025 em 8 mil escolas, buscando entender como a restrição do uso não pedagógico influencia a aprendizagem e a saúde mental dos estudantes.

[Link para a notícia](#)

**MEC JÁ INVESTIU 71% DOS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA PARA REDE FEDERAL**: Através do Novo PAC, o governo aplicou R\$ 1 bilhão em melhorias estruturais, como laboratórios e refeitórios, visando atingir a meta total de R\$ 1,4 bilhão em investimentos públicos até o fim de 2026.

[Link para a notícia](#)

**MEC FARÁ LEVANTAMENTO DE PLANOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA (MEC):** MEC e RNPI monitoram planos municipais e estaduais via Simec, visando adequação ao Decreto 12.574/2025 e ao Marco Legal da Primeira Infância para crianças de zero a seis anos.

[Link para a notícia](#)

**AVANÇA GARANTIA DE ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL:** A Comissão de Direitos Humanos aprovou o PL 781/2022, que assegura suporte personalizado periódico para alunos com deficiência ou autismo, dispensando a exigência de laudos médicos para o acesso.

[Link para a notícia](#)

**JUDICIALIZAÇÕES NA EDUCAÇÃO - CNM SOLICITA REUNIÃO AO CNJ PARA APROFUNDAR ANÁLISE DOS DADOS:** A entidade busca discutir as mais de 200 mil ações registradas entre 2020 e 2026, que concentram demandas sobre o piso salarial do magistério e vagas em creches na educação infantil.

[Link para a notícia](#)

**PÉ-DE-MEIA EVITA EVASÃO DE 1 EM CADA 4 JOVENS, DIZ ESTUDO:** Pesquisa do Centro de Evidências indica que o programa de R\$ 12 bilhões reduziu a evasão de 26,4% para 19,9%, com maior eficácia em regiões de alta vulnerabilidade, como o Ceará.

[Link para a notícia](#)

**NOVO PAR - 100% DOS ESTADOS CONCLUEM ETAPA DE PLANEJAMENTO:** Com adesão de 99,8% dos municípios, o MEC encerrou o planejamento do ciclo 2025-2028, avançando para a execução de metas que visam a equidade e assistência financeira técnica.

[Link para a notícia](#)

**APROVADA METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DAS CONDICIONALIDADES DO VAAR:** A CIF aprovou critérios para o ciclo 2026/2027 do VAAR, exigindo das redes o alinhamento curricular à BNCC Computação para garantir os repasses complementares da Lei 14.113/2020.

[Link para a notícia](#)

---

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule  
Bárbara Alcântara  
Tatiana Bello  
Willer Moravia